A interseção entre Direito, Literatura e Criminologia: uma análise de *Capitães da Areia*, de Jorge Amado

Larissa Gabrielle Ferreira Baptista

Graduada em Direito (Faculdade de Direito de Franca – Brasil); Pós-Graduada em Inteligência Artificial e Inovação Aplicada ao Direito (Damásio Educacional – Brasil)

Resumo: Este artigo propõe uma abordagem interdisciplinar, explorando as conexões entre Direito, Literatura e Criminologia por meio da análise da obra *Capitães da Areia*, de Jorge Amado. Com base em uma perspectiva jurídica, serão examinadas as questões legais levantadas no romance, destacando-se a relação entre a marginalização social e as infrações cometidas pelos personagens. A análise criminológica se concentrará na representação de jovens infratores, explorando as causas sociais e econômicas que os levam a uma vida criminosa. Além disso, a abordagem literária destacará o papel da obra na construção de uma narrativa que transcende os limites da ficção, contribuindo para reflexões sobre a sociedade e seu sistema jurídico. Ao integrar essas disciplinas, este artigo busca levar luz sobre as interseções entre a arte literária, o sistema jurídico e a compreensão da criminalidade na sociedade contemporânea.

Palavras-chave: Direito e Literatura / *Capitães da Areia* / Criminologia / Hermenêutica jurídica

Abstract: This article proposes an interdisciplinary approach, exploring the connections between Law, Literature, and Criminology through the analysis of Jorge Amado's novel *Capitães da Areia* (*Captains of the Sands*). From a legal perspective, the paper will examine the legal issues raised in the novel, highlighting the relationship between social marginalization and the offenses committed by the characters. The criminological analysis will focus on the representation of young offenders, exploring the social and economic causes that lead them to a life of crime. Additionally, the literary approach will emphasize the novel's role in constructing a narrative that transcends the boundaries of fiction, contributing to reflections on society and its legal system. By integrating these disciplines, this article aims to shed light on the intersections between literary art, the legal system, and the understanding of criminality in contemporary society.

Keywords: Law and Literature / *Captains of the Sands* / Criminology / Legal hermeneutics

1. Introdução

A década de 1930 foi palco de intensas transformações sociais e políticas no Brasil. Em meio a esse cenário de efervescência surge a obra magistral *Capitães da Areia*, escrita pelo baiano JORGE AMADO, em 1937. Este romance immortaliza as vidas de um grupo de crianças e adolescentes de rua em Salvador, cujas histórias entrelaçadas revelam não apenas as agruras individuais, mas também o reflexo de uma sociedade marcada pela desigualdade e pelo abandono.

Os protagonistas, conhecidos como “Capitães da Areia”, liderados por Pedro Bala, Sem-Pernas, Gato, João Grande, Boa Vida, Volta Seca, Professor, Pirulito e Dora, personificam uma amálgama de destinos tragados pela adversidade. Órfãos, desprovidos de laços familiares, esses jovens se veem compelidos a encontrar na criminalidade a única alternativa para sobreviver. A trama se desdobra em meio às ruas de Salvador, onde a luta pela existência transforma essas crianças em marginais aos olhos de uma sociedade que as relega à invisibilidade.

A narrativa, além de revelar as lutas individuais desses personagens, lança um olhar crítico sobre a influência da mídia da época. Trechos de jornais incluídos na obra demonizam os “Capitães da Areia”, retratando-os como os piores criminosos da Bahia.

Este artigo se propõe a desvendar as relações entre Direito, Literatura e Criminologia por meio da análise da obra *Capitães da Areia*. A metodologia utilizada é a hermenêutica, dedutiva e qualitativa, direcionando o enfoque da pesquisa à análise interpretativa da obra escrita por JORGE AMADO. A escolha deliberada por essa tríade metodológica visa proporcionar uma compreensão aprofundada e contextualizada do texto literário, fazendo um estudo comparativo entre Direito, Literatura e Criminologia.

Ao longo dos próximos capítulos explorar-se-á a representação do crime na trama, identificando elementos jurídicos presentes e adentrando nas raízes criminológicas que delineiam a vida dos “Capitães”. Além disso, será examinado como a literatura de AMADO contribui para a reflexão criminológica, transcendendo as fronteiras ficcionais para lançar luz sobre as mazelas sociais.

2. Contextualização da obra e dos personagens

A narrativa de *Capitães da Areia* vai além do contexto histórico e regional, permanecendo relevante na contemporaneidade ao oferecer um olhar penetrante sobre as condições sociais que moldam o destino de crianças marginalizadas e de classes menos abastadas. Ao explorar a obra sob a perspectiva interdisciplinar proposta busca-se não apenas compreender a trama em si, mas também desvelar as conexões entre o universo jurídico, a expressão artística e a compreensão criminológica, proporcionando uma análise profunda e crítica das relações entre Direito, Literatura e Criminologia na genialidade literária de JORGE AMADO.

Capitães da Areia é uma obra que se inscreve no panorama literário brasileiro como uma radiografia social e um mergulho nos recônditos da alma humana. Escrita em 1937, a trama se desenrola nas ruas de Salvador, Bahia, desvendando a vida de um grupo de crianças órfãs, abandonadas e entregues à própria sorte. O líder, Pedro Bala, conduz os seus companheiros por um labirinto de desafios e privações, tornando-os, por necessidade, os “Capitães da Areia”.

A composição diversificada do grupo, composto por Sem-Pernas, Gato, João Grande, Boa Vida, Volta Seca, Professor, Pirulito e Dora, proporciona uma riqueza de perspectivas sobre as agruras da infância marginalizada.

“[...] Esse bando, que vive da rapina, se compõe, pelo que se sabe, de um número superior a cem crianças das mais diversas idades, indo desde os oito aos dezesseis anos. Crianças que, naturalmente, devido ao desprezo dado à sua educação por pais pouco servidos de sentimentos cristãos, se entregaram no verdor dos anos a uma vida criminoso.”¹

Órfãos de família e alheios à tutela do Estado, esses jovens são lançados em uma jornada de sobrevivência permeada pelo furto e pela criminalidade.

A narrativa de AMADO não se limita a retratar os “Capitães da Areia” como meros criminosos. Pelo contrário, a genialidade do autor se revela na construção de personagens que transcende o maniqueísmo, apresentando-os como seres humanos multifacetados, moldados pelas circunstâncias que os cercam. O mérito do romance reside na capacidade de Amado em não categorizar esses jovens como heróis ou vilões, mas como crianças abandonadas pela sociedade.

¹JORGE AMADO, *Capitães da Areia*, 3.^a ed., São Paulo, Companhia das Letras, 2008, p. 11.

A violência, especialmente a sexual, permeia o cotidiano do grupo como uma triste regra das ruas. Para evitar serem vítimas, os garotos tornam-se, por vezes, agressores. A atmosfera de marginalização e desamparo molda as escolhas e os destinos dos “Capitães da Areia”, lançando luz sobre a dinâmica cruel de “matar ou morrer” que impera nas ruas. A presença de adultos benevolentes, como o padre José Pedro, Querido-de-Deus, João de Adão e Don’Aninha, destaca-se como raios de luz em meio à escuridão que envolve os garotos. Contudo, mesmo nesse cenário de miséria, a lealdade começa a florescer entre os “Capitães da Areia”, alimentada pelos ensinamentos do padre e por uma camaradagem forjada nas adversidades.

Dora, uma personagem central, exemplifica a dura realidade enfrentada por garotas pobres na época. Órfã e sem opções viáveis, encontra refúgio entre os “Capitães da Areia”, onde, sob a proteção de Professor e João Grande, escapa do assédio dos demais. Sua presença, contudo, atrai a atenção da mídia, resultando na prisão do grupo pela polícia.

A detenção fragmenta o grupo, enviando Pedro Bala para um reformatório, onde sofre abusos e maus-tratos. Dora é encaminhada a um orfanato, mergulhando em uma depressão que culmina na sua morte precoce. A partir deste ponto, os destinos dos membros desse grupo tomam rumos diversos, evidenciando a influência do ambiente social na trajetória individual de cada personagem.

A obra de JORGE AMADO não se limita a contar a história dos “Capitães da Areia”; ela incita uma profunda reflexão sobre a natureza do crime e os seus contornos sociais e jurídicos. A inclusão de trechos de jornais na trama evidencia a manipulação da informação para criar uma imagem distorcida dos protagonistas.

3. Direito e Literatura: uma análise humanística do facto jurídico

Na confluência entre o Direito e a Literatura desenha-se um cenário intelectual rico em reflexões que transcende as fronteiras convencionais dessas disciplinas aparentemente distintas. Nos últimos anos, testemunhamos nos Estados Unidos da América um movimento que busca amalgamar esses campos, explorando nuances interpretativas sob diferentes perspectivas, como o *Law in Literature* e o *Law as Literature*. O primeiro propõe uma simbiose entre os campos do conhecimento, enquanto o segundo incorpora métodos literários na interpretação hermenêutica do fenómeno jurídico.

“O direito e a literatura são campos de conhecimento que podem se enriquecer mutuamente. A literatura pode nos ajudar a compreender o direito de uma forma mais humana e afetiva, e o direito pode nos ajudar a entender a literatura de uma forma mais crítica e reflexiva.”²

A visão de ROBERT DWORKIN sobre “Direito e Literatura” destaca a similaridade entre ambos, especialmente no contexto do *Common Law*, onde juízes utilizam mecanismos literários para compreender decisões passadas. No entanto, ele ressalta a distinção crucial entre a arte literária, focada no valor estético, e o Direito, um empreendimento político com o objetivo de coordenar esforços sociais, resolver disputas e assegurar a justiça.

“Disse que uma interpretação literária tem como objetivo demonstrar como a obra em questão pode ser vista como a obra de arte mais valiosa, e para isso deve atentar para características formais de identidade, coerência e integridade, assim como para considerações mais substantivas de valor artístico. Uma interpretação plausível da prática jurídica também deve, de modo semelhante, passar por um teste de duas dimensões: deve ajustar-se a essa prática e demonstrar sua finalidade ou valor. Mas finalidade ou valor, aqui, não pode significar valor artístico, porque o Direito, ao contrário da literatura, não é um empreendimento artístico. O Direito é um empreendimento político, cuja finalidade geral, se é que tem alguma, é coordenar o esforço social e individual, ou resolver disputas sociais e individuais, ou assegurar a justiça entre os cidadãos e entre eles e seu governo, ou alguma combinação dessas alternativas.”³

Pode o leitor, operador do Direito, se fazer valer da Literatura para compreender a eficácia de um conceito jurídico frente ao caso literário; neste sentido encontra-se o Direito na Literatura, como ensina LUIS CARLOS OLIVO:

“A vertente do Direito na Literatura estuda as formas sob as quais o Direito é representado na Literatura. Não se trata somente de procurar representações jurídicas nos textos literários, mas, sobretudo, utiliza-se das múltiplas perspectivas que a literatura é capaz de oferecer, para fazer desse material uma possibilidade de multiplicar as possibilidades de se pensar, interpretar, criticar e debater o Direito. Assim,

² ALFREDO COPETTI, *Direito e Literatura: uma ponte entre as disciplinas*, Belo Horizonte, Editora D’Plácido, 2022, p. 25.

³ RONALD DWORKIN, *Uma questão de princípio*, tradução de Luis Carlos Borges, São Paulo, Martins Fontes, 2000, p. 239.

discussões sobre a justiça já foram feitas a partir de obras, como as de Shakespeare, por exemplo; debates sobre criminologia foram feitos a partir de *A ressurreição*, de Tolstói; *Ensaio sobre a lucidez*, de Saramago, foi mote de questionamentos sobre os dilemas da democracia e a função do Estado; e a incoerência dos processos jurídicos, discutida a partir de Kafka, entre tantos outros exemplos.”⁴

No cenário brasileiro, embora a abordagem do estudo jurídico-literário ainda não seja tão evidente, suas raízes precedem o movimento nos Estados Unidos da América. Nomes como Lemos Brito, Aloysio Carvalho Filho e Nilo Batista têm contribuído para esse campo, lançando luz sobre obras literárias brasileiras e analisando-as sob uma lente jurídica⁵.

A interlocução entre Direito e Literatura, segundo LENIO STRECK, não é marcada pela incomunicabilidade, mas por “empréstimos recíprocos e trocas implícitas”. A Literatura, com seu poder de recriar o imaginário, proporciona uma visão única e mais abrangente das questões sociais, complementando o rigor técnico do Direito.

«A Literatura ajuda a existencializar o Direito. Por isso, o que está sempre mais próximo da Literatura é a hermenêutica. A angústia, para ser “tratada”, exige intermediação. Exige o outro. Não dá mais para fazer sacrifícios aos deuses. Agora estamos frente a frente com nós mesmos. Com nossos fantasmas. Com a existência nossa e dos outros. Deus morreu, e agora é que não podemos fazer tudo. Ou qualquer coisa.»⁶

Embora o estudo jurídico-literário no Brasil ainda não tenha atingido o seu auge, há um movimento crescente. Pesquisadores como Vera Karam, Alfredo Copetti e outros têm enriquecido o debate, explorando a relação dialética entre Direito e Literatura, evidenciando “interações tão significativas quanto os confrontos”.

Em síntese, a interseção entre Direito e Leitura no contexto brasileiro é um campo promissor, onde a Literatura amplia a compreensão do Direito, desafiando os limites tradicionais e proporcionando uma visão mais holística das relações sociais. Este movimento, embora recente, carrega consigo o potencial de transformar

⁴ LUIS CARLOS CANCELLIER DE OLIVO, *Novas contribuições à pesquisa em direito e literatura*, Santa Catarina, Fundação Boiteux, FAPESC, 2010, p. 10.

⁵ EDUARDO ALEIXO MONTEIRO, “Direito e Literatura no Brasil”, in *Revista de Direito, Arte e Literatura, Evento Virtual*, v. 6, n. 1, 2020, pp. 72-73.

⁶ L. L. STRECK/H. KARAM, “A literatura ajuda a existencializar o direito”, in *ANAMORPHOSIS – Revista Internacional de Direito e Literatura*, Porto Alegre, v. 4, n. 2, pp. 615-626, 2018. Disponível em <https://periodicos.rdl.org.br/anamps/article/view/525/pdf> [acesso em 8/11/2023].

a maneira como percebemos e aplicamos o Direito, enriquecendo o debate teórico e expandindo os horizontes de pesquisa nessa interseção única.

4. Contexto histórico e a representação do crime em *Capitães da Areia*

Nessa ótica, o romance *Capitães da Areia* propicia uma reflexão crítica sobre a interseção entre Direito e Literatura, notadamente no contexto da criminalização da juventude pobre e periférica. A narrativa evidencia um grupo de crianças e adolescentes marginalizados que recorrem ao delito como forma de subsistência, sendo alvos de estigmatização pela sociedade e pela mídia da época.

O início do livro propõe uma análise centrada na representação midiática dos eventos na cidade, considerando tanto a ótica do jornal local quanto a perspectiva da sociedade local, tal como apresentada pelo próprio periódico. Observa-se uma tendência à demonização do grupo de crianças e adolescentes, sendo retratados como os mais proeminentes delinquentes em toda a região da Bahia:

«Crianças ladronas – as aventuras sinistras dos ‘Capitães da Areia’ – A cidade infestada por crianças que vivem do furto – Urge uma providência do juiz de menores e do chefe de polícia – ontem houve mais um assalto

Já por várias vezes o nosso jornal, que é sem dúvida o órgão das mais legítimas aspirações da população baiana, tem trazido notícias sobre a atividade criminosa dos “Capitães da Areia”, nome pelo qual é conhecido o grupo de meninos assaltantes e ladrões que infestam a nossa urbe. Essas crianças que tão cedo se dedicaram à tenebrosa carreira do crime não têm moradia certa ou pelo menos a sua moradia ainda não foi localizada. Como também ainda não foi localizado o local onde escondem o produto dos seus assaltos, que se tornam diários, fazendo jus a uma imediata providência do Juiz de Menores e do doutor Chefe de Polícia. Esse bando que vive da rapina se compõe, pelo que se sabe, de um número superior a 100 crianças das mais diversas idades, indo desde os 8 aos 16 anos. Crianças que, naturalmente devido ao desprezo dado à sua educação por pais pouco servidos de sentimentos cristãos, se entregaram no verdor dos anos a uma vida criminosa. São chamados de “Capitães da Areia” porque o cais é o seu quartel-general. E têm por comandante um mascote dos seus 14 anos, que é o mais terrível de todos, não só ladrão, como já autor de um crime de 99 ferimentos graves, praticado na tarde de ontem. Infelizmente a identidade deste chefe é desconhecida. O que se faz necessário é uma urgente providência da polícia e do juizado de menores no

sentido da extinção desse bando e para que recolham esses precoces criminosos, que já não deixam a cidade dormir em paz o seu sono tão merecido, aos Institutos de reforma de crianças ou às prisões.»

A abordagem mediática apresentada na obra reflete um cenário no qual a delinquência juvenil era amplamente criminalizada, destacando-se a urgência de intervenção por parte do Juizado de Menores e das forças policiais.

CARLA CARVALHO LEITE, traçando um histórico sobre a proteção da criança e do adolescente no Brasil, expõe sobre o marco legal da década de 1920 acerca da questão infantojuvenil, ressaltando a criação de um serviço estatal destinado à proteção do menor abandonado e delinquente:

«Na década de 1920, houve importantes marcos referentes à questão infantojuvenil. Em 1921, na cidade do Rio de Janeiro – que, à época, era o Distrito Federal-, foi criado o Serviço de Assistência e Proteção à Infância Abandonada e Delinqüente. Em 1923 foi instituído o Juízo de Menores no Distrito Federal e em 1927 entrou em vigor o primeiro Código de Menores do Brasil, conhecido como “Código Mello Mattos”, que consolidou normas de assistência e proteção aos menores, extrapolando a esfera do jurídico.

O Código de Menores de 1927 tinha forte caráter assistencialista, protecionista e controlador, consistindo num verdadeiro mecanismo de intervenção sobre a população pobre.»⁷

IRENE RIZZINI, *apud* CARLA CARVALHO LEITE, destaca que o objetivo do Código de Menores era de resolver os problemas, exercendo firme controlo sobre os menores infratores, veja-se:

“O que o impulsionava era ‘resolver’ o problema dos menores, prevendo todos os possíveis detalhes e exercendo firme controlo sobre os menores, por mecanismos de tutela, guarda, vigilância, reeducação, reabilitação, preservação, reforma e educação.”⁸

Esse contexto remete à Doutrina do Direito Penal do Menor, consagrada no Código de Menores de 1927, que concebia crianças e adolescentes como sujeitos de tutela estatal em situação irregular, desconsiderando a sua condição de titulares de direitos. Posteriormente, vem o Código de Menores de 1979, que representou uma

⁷ CARLA CARVALHO LEITE, “Da doutrina da situação irregular à doutrina da proteção integral: aspectos históricos e mudanças paradigmáticas”, in *Revista do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n.º 23, pp. 93-107, jan./jun. 2006.

⁸ *Ibidem*.

reformulação do Código de 1927, mantendo, contudo, a abordagem predominantemente repressiva em relação à comunidade infantojuvenil. Assim dispunha o Código:

“Art. 2.º Para os efeitos deste Código, considera-se em situação irregular o menor:

I – privado de condições essenciais à sua subsistência, saúde e instrução obrigatória, ainda que eventualmente, em razão de:

a) falta, ação ou omissão dos pais ou responsável;

b) manifesta impossibilidade dos pais ou responsável para provê-las;

II – vítima de maus tratos ou castigos imoderados impostos pelos pais ou responsável;

III – em perigo moral, devido a:

a) encontrar-se, de modo habitual, em ambiente contrário aos bons costumes;

b) exploração em atividade contrária aos bons costumes;

IV – privado de representação ou assistência legal, pela falta eventual dos pais ou responsável;

V – com desvio de conduta, em virtude de grave inadaptação familiar ou comunitária;

VI – autor de infração penal.

Parágrafo único. Entende-se por responsável aquele que, não sendo pai ou mãe, exerce, a qualquer título, vigilância, direção ou educação de menor, ou voluntariamente o traz em seu poder ou companhia, independentemente de ato judicial.”⁹

No período em que o romance se desenrola, a doutrina da Situação Irregular proporcionava uma intervenção arbitrária sobre os jovens em circunstâncias consideradas irregulares, muitas vezes associadas à pobreza e marginalização. O Código de 1927 refletia uma visão punitiva e negligente com relação à proteção integral desses menores, relegando-os a uma abordagem legal que não distinguia o infrator da criança negligenciada.

Outro dado importante é o de que o Código de Menores não fazia qualquer distinção entre menor abandonado e menor delinquente, considerando ambos em situação irregular e, portanto, passíveis de aplicação das mesmas medidas – ge-

⁹ Brasília, *Código de Menores*, Lei n.º 6.697, de 12/10/1979. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l6697.htm [acesso em 8/11/2023].

ralmente, a de internação –, cujo cumprimento, em ambos os casos, se dava numa mesma unidade de atendimento¹⁰.

A literatura de JORGE AMADO, ao apresentar a vida dos “Capitães da Areia”, permite uma análise aprofundada das raízes sociais da delinquência juvenil e das falhas do sistema legal da época. A narrativa transcende os estigmas, explorando as aspirações e pensamentos ingênuos presentes em cada personagem, conferindo-lhes uma humanidade muitas vezes negligenciada pelas instituições judiciais.

O contraste entre a abordagem legal retratada no Código de Menores de 1927 e a atualidade, marcada pela promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) na década de noventa, revela uma metamorfose paradigmática na concepção jurídica e social da proteção à infância e adolescência:

“Com a entrada em vigor do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a doutrina da Situação Irregular, prevista no Código de Menores de 1979, foi substituída integralmente pela doutrina da Proteção Integral. Sendo assim, o ECA reconheceu a existência de um novo sujeito de direitos, um cidadão portador de direitos e garantias, independentemente de sua raça, situação social ou econômica, religião ou qualquer diferença cultural, e que deveria ter para si a atenção prioritária de todos.”¹¹

O ECA, alinhado às diretrizes internacionais da ONU, introduziu o princípio da proteção integral, reconhecendo a criança e o adolescente como sujeitos de direitos, independentemente de sua situação socioeconômica.

Assim, a obra de JORGE AMADO transcende o mero registro sociológico da delinquência juvenil, servindo como um referencial para a evolução do pensamento jurídico em relação à salvaguarda dos direitos da criança e do adolescente. A dicotomia entre a doutrina superada da situação irregular e o atual princípio da proteção integral destaca a necessidade imperativa de uma abordagem mais humanizada e inclusiva na formulação de políticas públicas destinadas à juventude em situação de vulnerabilidade.

¹⁰ CARLA CARVALHO LEITE, “Da doutrina da situação irregular à doutrina da proteção integral: aspectos históricos e mudanças paradigmáticas”, *op. cit.*

¹¹ JOSELMA GOMES PEREIRA/LUCAS GOMES DA SILVA, *Uma análise da teoria criminológica da subcultura delinquente no contexto de adolescentes autores de atos infracionais*, in *Congresso Internacional de Direitos Humanos*, 14, 2017, Campo Grande, Anais eletrônicos, pp. 1-2. Disponível em https://cidh2017.files.wordpress.com/2018/01/bn_gf9-10.pdf [acesso em 9/11/2023].

5. Criminologia e direito penal

A interdisciplinaridade presente no diálogo entre criminologia e direito penal desvela um campo de estudo enriquecedor, fundamental para a compreensão aprofundada do fenômeno criminal e a formulação de políticas criminais eficazes. RAFAEL APARECIDO SANTINO e SANDRA REGINA VIEIRA DOS SANTOS definem a criminologia como:

“[...] a criminologia é uma ciência empírica e interdisciplinar que estuda o crime, o criminoso, a vítima e as formas possíveis de controle social dos delitos. Empírica porque reside no facto de que a Criminologia extrai suas conclusões por meio da observação de casos concretos e pesquisas de campo com criminosos. Interdisciplinar porque demanda da aplicação de conhecimentos de diversas áreas como a biologia, a sociologia, a psicologia, a psiquiatria, dentre outras.”¹²

Para EDWIN H. SUTHERLAND a “criminologia é um conjunto de conhecimentos que estudam o fenômeno e as causas da criminalidade, a personalidade do delinquente, sua conduta delituosa e a maneira de ressocializá-lo”¹³. Nesse contexto, as teorias criminológicas desempenham um papel crucial, delineando abordagens que variam desde as explicações individuais baseadas em características biológicas e psicológicas até as análises macrosociológicas que destacam as dinâmicas sociais.

O surgimento da criminologia no século XIX trouxe consigo escolas de pensamento distintas, como a Clássica, a Positiva Italiana, a Franco-Belga e, mais recentemente, a Criminologia Crítica. Cada uma dessas correntes influenciou a compreensão do crime e do criminoso, lançando luz sobre diferentes aspectos do fenômeno criminal. A Escola Clássica, por exemplo, fundamentou-se na ideia do livre- arbítrio do indivíduo, enquanto a Positiva Italiana, liderada por Lombroso, enfatizou fatores biológicos como determinantes do comportamento criminoso.

Acerca do trabalho de Lombroso, DANIEL DIAS MACHADO destaca:

“Durante a produção do trabalho, foram analisados aproximadamente 25.000 prisioneiros na Europa e mais de 400 resultados de autópsia. Após análise, Lom-

¹² RAFAEL APARECIDO SANTINO/SANDRA REGINA VIEIRA DOS SANTOS, «Criminologia, Direito Penal e Literatura: “os miseráveis e as crianças ladronas”», in *REGRAD – Revista Eletrônica de Graduação do UNIVEM* [S.l.], v. 14, n. 1, pp. 34-50, apr. 2022. Disponível em <https://revista.univem.edu.br/REGRAD/article/view/3423> [acesso em 8/11/2023].

¹³ EDWIN H. SUTHERLAND, *Criminologia comparada*, Faria Costa/Costa Andrade (trad.), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1985.

broso concluiu que, se uma pessoa apresenta várias características físicas, como assimetria do crânio, escape da testa, orelhas aladas, protrusão óssea, crânio menor, arco superciliar significativo, protrusão maxilar, rosto largo, órgãos sexuais anormais, cabelos ricos, corpo alto, braços muito longos, mãos grandes, insensibilidade, alívio da dor, mania (prioridade ao uso da mão esquerda), membros comprometidos (não acostumados a usar a mão) e vulnerabilidade são a capacidade dos indivíduos de se recuperar rapidamente de traumas físicos. Para mulheres com potencial criminoso, isso é atribuído a características relacionadas à masculinidade, como cordas vocais grossas, excesso de pelos no corpo e verrugas. Além disso, em relação às características psicológicas dos criminosos nascidos, haverá dormência moral, impulsividade, vaidade, preguiça, cinismo, imprevisibilidade, tendências a tatuar e ingenuidade.”¹⁴

No contexto das teorias criminológicas, a interação entre fatores individuais e sociais é notável. As teorias biológicas e psicológicas fornecem *insights* valiosos sobre as características individuais dos criminosos, enquanto as macrossociológicas lançam luz sobre as influências do ambiente, da educação e das condições sociais na gênese do crime. A criminologia crítica, por sua vez, desafia as estruturas tradicionais, direcionando o foco não apenas para o ato criminoso, mas também para as implicações sociais e as reações das instituições de controle.

Nesse cenário, a criminologia cultural surge com a intenção de humanizar e investigar o crime, levando em consideração as diversas formas de experienciar a individualidade. Busca libertar-se de abordagens matemáticas, indo além da análise exata da infração penal e enxergando como um produto social com origens multifatoriais, incorporando a diversidade humana. Nessa perspectiva criminológica, é afirmado que um crime pode resultar na mesma consequência, mas ter origens distintas. Para compreender suas razões, é necessário realizar uma análise minuciosa, evitando considerá-lo como um fenômeno isolado, desvinculando das complexas interações sociais, culturais e históricas que o moldam.

SALO DE CARVALHO (2015) descreve essa corrente da criminologia como:

“[...] linha de pensamento derivada da criminologia crítica, a qual fornece fundamentais instrumentos de análise sobre poder, instituições penais e a dimensão

¹⁴DANIEL DIAS MACHADO *et al.*, “A teoria de Cesare Lombroso e sua influência na sociedade”, in *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*, Ano 06, Ed. 01, vol. 07, Janeiro de 2021, pp. 57-73. Disponível em <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/lei/cesare-lombroso> [acesso em 9/11/2023].

econômica dos processos de criminalização. Agrega, porém, às duas orientações propriamente criminológicas a reorientação crítica fornecida pela teoria pós-moderna, construindo possibilidade de criação de pensamento híbrido, complexo. [...] Não obstante o importante resgate e a atualização da teoria do entiquetamento – dado que permite afirmar emergência de renovada crítica aos temas tradicionais dos modelos microcriminológicos positivistas (etiologia do comportamento desviante, natureza delitiva, periculosidade e estatísticas criminais), bem como o avanço em áreas de destaque da macrocriminologia crítica (processos de criminalização, estigmatização e seletividade das agências de controle) –, a criminologia cultural insere novos temas que corrompem os horizontes da pesquisa criminológica, causando a dissolução de qualquer fronteira ou limite para investigação.”¹⁵

No primeiro capítulo da obra de AMADO encontramos uma reportagem do fictício “Jornal da Tarde” intitulada “Crianças Ladronas”. Nos parágrafos iniciais do romance fica evidente que a origem do crime e a sensação de insegurança na sociedade soteropolitana eram atribuídas aos “Capitães da Areia”. A mencionada reportagem clama por ações do juizado de menores e da polícia, buscando a extinção desse grupo e o recolhimento dos jovens criminosos aos institutos de reforma ou prisões, destacando a perturbação causada à tranquilidade da cidade.

No mesmo capítulo, na seção intitulada “Carta do Diretor do Reformatório à Redação do Jornal da Tarde”, é afirmado que os “Capitães da Areia” são um bando de delinquentes que amedronta a cidade, impedindo-a de viver em paz. Essas passagens refletem a visão da sociedade da época sobre as crianças e os jovens envolvidos em atividades criminosas, atribuindo a responsabilidade exclusiva aos infratores juvenis e simplificando as causas do comportamento criminoso.

Ambos os trechos citados revelam a percepção desses jovens como potenciais ameaças à ordem pública, sugerindo a necessidade de medidas moralizadoras e punitivas para contê-los. Essa representação cria um ambiente de medo na sociedade, que se enxerga como vítima nessa relação com os jovens infratores¹⁶.

TAMMY HOFFMANN BENATTO pontua:

“Jorge Amado mostra que o dever de cuidado com as crianças era considerado pela época como uma obrigação da família, devendo a mesma instruir as crianças

¹⁵SALO DE CARVALHO, *Criminologia Cultural e Pós-Modernidade: Aportes Iniciais e Perspectivas desde a Margem. Antimanual de Criminologia*, São Paulo, Saraiva, 2015, pp. 63-83.

¹⁶JOSELMA GOMES PEREIRA/LUCAS GOMES DA SILVA, *Uma análise da teoria criminológica da subcultura delinquente no contexto de adolescentes autores de atos infracionais*, op. cit.

na educação religiosa resultando num adulto com princípios religiosos e que naturalmente iria se constituir um indivíduo de carácter que contribui na construção da sociedade formando sua família e levando nos mesmos princípios.”¹⁷

Dentro do contexto político e social abordado, onde a delinquência é analisada de forma isolada, a solução proposta é predominantemente a repressão. A falta de consideração das causas subjacentes leva ao equívoco de buscar apenas a repressão dos efeitos. A sociedade, ao se sentir vítima dos atos infracionais, muitas vezes não percebe que ela mesma contribui para as raízes do crime urbano.

Essa interconexão entre a criminologia e o direito penal é evidente na necessidade de uma abordagem conjunta para o desenvolvimento de políticas criminais efetivas. Enquanto o direito penal estabelece normas e sanções, a criminologia oferece uma compreensão mais profunda das causas do crime, da personalidade do criminoso e das estratégias de prevenção e ressocialização.

A contemporaneidade exige uma visão crítica, na qual a interdisciplinaridade não apenas enriquece o diálogo entre criminologia e direito penal, mas também desafia conceitos estabelecidos. A superação das dicotomias entre teorias do consenso e do conflito abre espaço para uma abordagem mais holística, considerando a complexidade das relações sociais e as suas influências na criminalidade.

Portanto, a convergência entre criminologia e direito penal não apenas enriquece a compreensão do fenômeno criminal, mas também oferece subsídios para a formulação de políticas públicas mais eficazes, alinhadas com uma visão crítica e atualizada das dinâmicas sociais e individuais que permeiam o universo do crime.

6. Considerações finais

Uma análise interdisciplinar empreendida sobre a obra *Capitães da Areia*, da autoria de Jorge Amado, revela-se como um exercício profícuo na compreensão das dinâmicas sociais e jurídicas intrínsecas no âmbito do período histórico em foco. A tessitura desta análise, permeada pelos prismas do Direito, da Criminologia e da Literatura, transcende a mera crítica das lacunas normativas da época, constituindo-

¹⁷ TAMMY HOFFMANN BENATTO, *Direito na literatura: justiça como virtude e a vingança como justiça – as duas faces do mesmo desejo em “Capitães da Areia”*, Monografia (graduação em Direito), Karla Pinhel Ribeiro (Orientador), Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo, 2022. Disponível em <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/32360> [acesso em 9/11/2023].

-se em uma reflexão profunda sobre a eficácia e a humanidade inerentes ao sistema jurídico face às complexidades socioculturais.

A interseção entre Literatura e Direito, delineada na obra em exame, não se restringe à mera exposição das inadequações normativas, mas, de maneira mais ampla, oferece uma perspectiva rica e multifacetada sobre as realidades sociais e jurídicas. JORGE AMADO, ao forjar os personagens emblemáticos dos “Capitães da Areia”, não apenas desvela as imperfeições normativas da época, mas também instiga uma profunda reflexão crítica sobre os desafios persistentes nos contextos sociais e jurídicos contemporâneos.

No contexto jurídico, a narrativa evidencia não apenas a insuficiência normativa característica do período, mas também a aplicação assimétrica e, por vezes, desumanizada do Direito em relação aos jovens marginalizados. A perspectiva da criminologia cultural, ao analisar os “Capitães da Areia” como uma subcultura delinquente, fornece uma abordagem humanizada dos criminosos, questionando as suas raízes e sublinhando a busca intrínseca por identidade e pertencimento.

Particularmente significativa é a crítica à marginalização social, que impulsiona os personagens a elegerem as ruas como preferenciais aos espaços institucionais, denotando a carência de representatividade e apoio estatal. A lacuna de diálogo entre as instâncias jurídicas e os marginalizados perpetua estigmas e rótulos, consolidando, assim, a exclusão social.

Neste panorama, a busca pela justiça como virtude, personificada nas figuras emblemáticas do Professor e Pirulito, emerge como um contraponto sagaz à vingança e à retribuição negativa. A justiça como virtude, longe de ser uma mera aspiração por valores morais, sugere uma possibilidade concreta de superação dos desafios inerentes à vivência nas ruas.

Desta forma, a análise interdisciplinar de *Capitães da Areia* transcende a esfera meramente literária, erigindo-se como uma ferramenta crítica e reflexiva sobre a interface entre o Direito e a Sociedade. A concepção da justiça como virtude, tal como delineada na obra, propõe que, mesmo diante das adversidades, a busca pela integridade ética constitui-se como a chave mestra para a edificação de uma sociedade mais justa e inclusiva.